

Sábado, 17 de Agosto de 2013

Ano XIX - Edição N.: 4374

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Políticas Sociais - CMDCA**ATA DA 6ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 01 DE JULHO DE 2013**

No primeiro dia do mês de julho de dois mil e treze, no auditório da Casa dos Conselhos, situado à rua Eurita, 587, bairro Santa Tereza, foi realizada a sexta sessão plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/BH. Estiveram presentes conselheiros, convidados, colaboradores, observadores e integrantes da Secretaria Executiva do CMDCA/BH. A lista com os nomes e assinaturas dos participantes, justificativas de ausência e materiais referentes às matérias encontram-se anexos a esta ata. Às 14:15 horas, em primeira chamada, foi constituído o quórum de 16 (dezesesseis) conselheiros, sendo 6 (seis) governamentais e 10 (dez) representantes da sociedade civil. Agradecendo a presença dos (a) conselheiros (a), colaboradores (a) e visitantes a presidente Márcia Cristina inicia a sessão. A seguir, organiza a proposta de pauta constituída pelos seguintes pontos: 1º- Aprovação da ata de 03/06/13; 2º- Informes e Encaminhamentos; 3º- Apresentação da proposta de criação do Centro Integrado de Defesa da Criança e Adolescente; 4º- Matéria da CREIMP; 5º- Prestação de contas da campanha Famílias Acolhedoras e 6º- Matéria da Comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos. A proposta de pauta é aprovada com dezesseis votos favoráveis. A conselheira Regina Helena justificativa seu atraso com as dificuldades no trânsito relacionadas às intervenções causadas pelas manifestações que ocorrem na cidade. Em seguida, passa-se ao 1º PONTO: Aprovação da ata da plenária do dia 03 de junho de 2013, sendo aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis e uma abstenção. 2º PONTO: Informes e Encaminhamentos - A presidente informa que o governo indica a conselheira Maria Thereza, representante da Secretaria Municipal de Políticas Sociais - SMPS para compor o cargo de tesoureira e componente da mesa diretora. Colocada em votação, o Plenário elege Maria Thereza como tesoureira por 14 (quatorze) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções. A presidente apresenta Helyzabeth Kelen Tavares Campos como suplente da Secretaria Municipal de Políticas Sociais - SMPS e Adriana Veiga Aranha como representante titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação - SMPL. Em seguida Márcia Cristina apresenta proposta de Plenária Extraordinária para o dia 08/07, a qual fica definida considerando a finalidade de atender os encaminhamentos do processo do PPAG: 2014/2017, com os retornos das Secretarias ao CMDCA e outras matérias relacionadas ao Fundo da Criança e do Adolescente. A presidente destaca a importância da participação de todos os conselheiros. Outros informes apresentados: a)- Curso ESAF - Márcia leu o nome dos conselheiros de direito e tutelares que estão inscritos: Azarias, Cidlene, Cristine, Demostenes, Eleuza, Elida, Karina, Karine, Laurinda, Márcia, Maria Thereza, Maria Vitória, Nádia, Regina, Renilde, Patrícia, Wellington, Sônia, Edna, Rogéria, Edna Nunes e Ramon; b) - as propostas para resolução de medidas socioeducativas podem ser encaminhadas até dia 30/07; c)- As sugestões na alteração de regimento interno CMDCA também podem ser enviadas pelas comissões até dia 30/07. A conselheira Liziane Vasconcelos comunica que os conselheiros da sociedade civil irão apresentar proposta e solicita mais tempo para o retorno das modificações do regimento interno. Márcia Cristina altera a data de entrega de sugestões do regimento interno para 30/08. A conselheira Maria Vitória, da comissão de Políticas Sociais Básicas-PSB fala do esvaziamento da comissão e solicita urgente recomposição, pois além de conselheiros falta técnico analista para acompanhar a comissão. Márcia Cristina diz que a recomposição das comissões será assunto da próxima reunião da mesa diretora e apresentará na próxima plenária sugestões e possibilidades para a recomposição das comissões. A presidente comunica por fim, sobre o Encontro de mobilização de conselheiros tutelares, a ser apoiado pelo CMDCA, nos dias 06, 07 e 08 de agosto. Em seguida a presidente passa a palavra ao Desembargador Wagner Wilson para o 3º PONTO: Apresentação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais-TJMG/Coordenadoria da Infância da Juventude do Estado de Minas Gerais - COINJ-MG sobre a proposta de criação do Centro Integrado de Defesa da Criança e Adolescente. O Desembargador Wagner Wilson Ferreira, Superintendente da COINJ faz abertura da apresentação descrevendo o histórico e a necessidade de criação do Centro Integrado para apurar fatos de violência/abuso contra crianças e adolescentes, destacando a importância de uma Vara Especializada para tratar desse assunto e dar respostas à sociedade. O Desembargador Wagner Wilson destaca os integrantes do Centro de Defesa, a saber, TJMG, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil e PBH. O Desembargador comenta sobre a dificuldade de onde instalar essa Vara e como instalar, pois precisa de recursos. Segundo o Desembargador, o Banco do Brasil-BB dispõe, em regime de comodato, um prédio para instalação desse Centro Integrado e que a COINJ-MG, busca ampliar o prazo do comodato de 2016 a 2026. Para atender o projeto da proposta é necessário a ambientação do espaço e o TJMG não tem o recurso disponível para realizar a ambientação e por isso recorreu ao CMDCA. Em seguida o Desembargador passou a palavra para Leonardo Sampaio e Rosilene Cruz, responsável de expor a proposta do COINJ-MG. O Projeto apresentou o custo de R\$ 2.000.000,00 para a ambientação do espaço, e a previsão inicial de equipe de trabalho/layout para a instalação da Vara. Leonardo Sampaio e Rosilene Cruz expõe ainda a estimativa de R\$8.006.250,00 para gastos anuais para implantação e manutenção do Centro Integrado. Leonardo Sampaio e Rosilene Cruz disse que a COINJ-MG ainda não tem a planilha de custos detalhado de ambientação. Após a apresentação a presidente Márcia Cristina deu abertura às perguntas/dúvidas sobre a

proposta do Centro Integrado, destacou a importância do detalhamento de custo da proposta, de como será utilizado o recurso da ambientação, e diz que R\$934.000,00 (novecentos e trinta e quatro mil), parte do valor total do Centro, foi aprovado pelo CMDCA no Planejamento de Contratações do CMDCA 2013, para atender a proposta. É importante então a apresentação desse detalhamento da aplicação para viabilização do projeto de forma que atendam as resoluções do CMDCA referentes ao processo. A presidente apresenta o encaminhamento de fazer ofício ao TJMG solicitando informações e confirmação da abertura da Vara Especializada e que o CMDCA aguarda da COINJ-MG o projeto com detalhamento dos custos, para atender procedimento do CMDCA e retornar à Plenária para aprovação do Plano de Trabalho. A conselheira Regina Helena solicita esclarecimento sobre qual o setor da PBH a funcionar nesse espaço e sobre a possibilidade de o Centro funcionar no espaço onde funcionava antes a SEDESE. A Promotora Dra. Maria de Lurdes destaca a importância do CMDCA receber a visita de um Desembargador, e comenta que o Poder Judiciário reconhecer a importância do trabalho do CMDCA. Dra. Maria de Lurdes cita a luta do Desembargador e Leonardo por este Centro de Integrado. Diz que a mobilização atual depende de esforços mútuos para dar certo. A presidente Márcia Cristina informa que esse valor também veio da soma das multas cobradas pelo judiciário. A conselheira Zélia Cardoso fala da demora de execução do projeto, desde 1989 e questiona o discurso que pode responsabilizar o CMDCA caso o Centro e a Vara não sejam viabilizados desta vez. A conselheira fala ainda, que o Centro depende do posicionamento oficial de outros parceiros como BB e, portanto não só do CMDCA. Zélia questiona se Secretaria Municipal de Saúde foi consultada para análise desse projeto/layout e quem da PBH participou da elaboração desse projeto. O conselheiro João Francisco comenta que não se sente contemplado em o CMDCA só contribuir com uma parte, devido a relevância do Centro. A Dra. Maria de Lurdes comenta que em março deste ano saiu um decreto federal que determina que os hospitais se capacitem e se adequem para que o atendimento a crianças e adolescentes Vitimizados aconteça num ambiente específico nos hospitais, com psicólogos/assistentes sociais. Em Belo Horizonte o atendimento será nos Hospitais Odilon Behrens, Julia Kubitschek, Odete Valadares e Hospital das Clínicas. Leonardo responde em nome da COINJ-MG e inicia direcionando à conselheira Zélia o apelo para que a indignação seja conduzida de forma positiva para tirar o projeto do papel. Leonardo diz que o Desembargador solicitou ao Prefeito um representante e que Carla Machado, representando a SMPS, é quem deveria entrar em contato com a SMS. O Desembargador ressalta que uma vez implantado o Centro Integral, o BB não tira o espaço por ter uma visão com responsabilidade social. O Desembargador diz ainda que se não for possível contar com o CMDCA, o TJMG buscará outros parceiros e ressalta que esse projeto vai sair, de uma forma ou de outra, do papel. A presidente Márcia Cristina comenta que o CMDCA acolhe o mérito do projeto desde deliberações anteriores do CMDCA, como a última Conferência e que o procedimento deve ser considerando o recurso já reservado pelo CMDCA. Para encerrar, Márcia em nome do CMDCA agradece a presença do Desembargador e diz que solicitará à SMPS informações sobre o que vai ser executado no projeto por parte da PBH. 4º PONTO: A conselheira e coordenadora da CREIMP, Elida Elizena Carneiro de Matos, apresenta o parecer da comissão de deferimento para o novo registro da entidade Instituto Noisinho da Silva, Regime Apoio e Orientação Sociofamiliar e inscrição do programa Orientação para a vida Familiar. O parecer é aprovado por 15 votos favoráveis, uma abstenção. O parecer pelo deferimento para inscrição dos programas Assessoria Técnica e Vigilância de Defesa de Direito da Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG foi aprovado por 15 votos favoráveis e uma abstenção. A comissão apresenta ainda o parecer de indeferimento da renovação do certificado de registro e reavaliação de programa Socialização Infantojuvenil para o Instituto Espirita Eurípedes. Em votação o parecer é aprovado por 15 favoráveis e uma abstenção. 5º PONTO: Apresentação da prestação de contas da Campanha Família Acolhedora/SMAAS - A representante da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS, Valéria Silva Cardoso inicia a apresentação esclarecendo que essa apresentação é referente à campanha do Serviço, executado pelo recurso do FMDCA e não do serviço realizado pela Entidade Providência Nossa Senhora da Conceição, que estava representada pela Margareth. Mariana Costa, membro da Assessoria de Comunicação da SMAAS faz a apresentação da campanha, iniciando por uma descrição histórica, desde a constituição do Grupo de Trabalho GT Campanha Famílias Acolhedoras, composto pela SMAAS, CMDCA, CMAS e ASCOM. Mariana disse que só participaram do GT a Entidade Providência Nossa Senhora da Conceição, a ASCOM e a SMAAS. O recurso para a campanha foi deliberado em 2010 pelo CMDCA. A metodologia da campanha, segundo Mariana, possui três eixos que são: mobilização, teatro e eventos de impacto/internet/comunicação de massa. A estreia da campanha será 14/julho, no domingo, em frente a Igreja da Pampulha. Mariana disse que o recurso não possibilitou a veiculação em TVs, apenas em rádio e jornais impressos. Foram apresentados à Plenária os materiais já produzidos. Mariana apresentou ainda os indicadores de monitoramento/resultados e impactos da campanha e disse que parte do recurso foi reservada para uma pesquisa, assim que a campanha terminar, com a finalidade de orientar novas ações. Está para ser realizada, de acordo com a apresentação, a estreia da peça em julho/2013, com cafés que devem acontecer no mês de agosto/2013 e divulgação em universidades em agosto/2013. Segundo Mariana, a contratação da pesquisa está prevista para o segundo semestre de 2013. Por fim, Mariana demonstrou os gastos da Campanha 2012/2013 e se dispôs a mandar por e-mails o material apresentado. Finalizada a apresentação a presidente abre espaço para o debate e inicia ressaltando que o CMDCA deverá receber essa prestação de contas por escrito, assinado pelo secretário para oficializar. A conselheira Liziane Vasconcelos questiona como a campanha vai atender a outra modalidade do Programa, considerando a Resolução Conjunta Nº 01 DE 2013 do CMDCA/CMAS. A conselheira questiona como vai acontecer a discussão sendo que há outra entidade executando o programa. Liziane Vasconcelos defende que ocorra a prestação de contas da Campanha. A Promotora Dra. Maria de Lurdes esclarece que legalmente o que foi apresentado não é prestação de contas e sim um demonstrativo e que precisaria do parecer da Comissão de Fundo. A Promotora diz que a abertura da campanha não deveria se limitar à presença do prefeito, mas chamar outros atores e envolver outras instituições como a FIEMG. Ela também questiona se o Programa Famílias Acolhedoras já está inscrito no CMDCA. A conselheira Regina Helena lembra que a logo da campanha foi apresentada no CMDCA,

questiona o valor pergunta se a Assistência Social destinou recurso. A conselheira Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas fala que a proposta desta pauta surgiu na CMP e tinha o objetivo de saber como está sendo gasto o recurso e que de fato ainda não é a prestação de contas. Márcia Cristina esclarece que se trata de prestar contas no sentido de se repensar a prática. A presidente diz que cabe uma questão relativa a uma avaliação do número de famílias cadastradas e argumenta que, do ponto de vista prático, precisa ter uma avaliação da efetividade do Serviço/Programa. A conselheira Maria Thereza comenta que o CMDCA deliberou o valor e que não havia condições de prever se seria muito ou pouco para realização da campanha. Ela ressalta a avaliação da campanha em relação à efetividade e cultura da implantação, diz ainda que é preciso entender o que realmente é a campanha. Maria Thereza defende que antes de investir em assessoria e consultorias externas seria válido considerar os quadros técnicos da PBH que podem realizar essa função. A conselheira Elida, coordenadora da CREIMP comunica que o programa de Famílias Acolhedoras da SMAAS está vencido desde julho/12 e que se tratava de Assessoria Técnica e Financeira ao referente programa. Valéria Silva Cardoso defende a importância dos atores que compõem o GT serem mais presentes e diz que no GT referente à metodologia há participação dos conselheiros Renilde Maria e Heraldo Dutra e que esse espaço é importante para adequar a metodologia, utilizando a resolução do CMDCA. Mariana Costa esclarece que a parceria com a FIEMG e outros parceiros não foi viável por conta da burocracia de acesso. Mariana diz ainda, que a sugestão seria contratar uma empresa de publicidade, o que não foi possível. Ela ressalta o processo de adesão das famílias acolhedoras, a triagem e diz que número não é satisfatório, mas estão apostando muito no teatro, que ainda não estreou. Margareth diz que a Providência Nossa Senhora da Conceição só assumiu em 2011, que a discussão é anterior e a execução do programa é um desafio. A presidente apresenta como encaminhamentos que a SMAAS envie ao CMDCA materiais referentes à campanha e o relatório e apresentação a ser usado como anexo da ata. 6º PONTO: Matéria da Comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos - a coordenadora da comissão Maria Thereza, apresenta o parecer favorável da comissão para os seguintes planos de trabalho-PT a serem conveniados e receber recursos do fundo: a) Associação Querubins; b) Estevão Pinto; c) Ana Bernardino. Maria Thereza explica que um dos PT se deu pelo processo de termo de parceria e não por Autorização de Captação de Recurso - ACR, pois a entidade foi indicada, mas não tinha ACR. A conselheira Cidlene Castro questiona a diferença da ACR para o termo de parceria e Maria Thereza diz que a Comissão vai discutir melhor sobre o assunto. Em votação o parecer foi aprovado por 15 favoráveis e uma abstenção. O quórum diminuiu para 15 conselheiros votantes. Márcia apresenta a proposta discutida em Mesa Diretora e Comissão de Fundo, de aplicação do recurso destinado ao FMDCA pela Fundação Itaú Social, valor R\$61.440,00 (sessenta e um mil e quatrocentos e quarenta reais) para a construção do site do CMDCA e material informativo para divulgação do Plano Decenal de Direitos Humanos, CMDCA e Conselhos Tutelares. Em votação a proposta foi aprovada por 15 favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Após, a presidente agradece a todos e encerra a sessão e nada mais havendo a tratar eu, Cidlene Castro de Souza, conselheira e secretária da mesa diretoria do CMDCA, lavrei a presente ata com a colaboração de Roberta Catarina Magalhães, assistente administrativo do CMDCA. Esse documento deve ser aprovado em plenária.